



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Gestão - SMG

Secretaria Municipal de Finanças - SF

Concurso Público de Ingresso para provimento de Cargos de

Auditor-Fiscal Tributário Municipal I

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A 2

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Janeiro/2007

CONTABILIDADE GERAL

- | | |
|---|--|
| <p>1. Em relação ao princípio contábil da Competência, é correto afirmar que</p> <p>(A) o reconhecimento de despesas deve ser efetuado quando houver o efetivo desembolso financeiro por parte da pessoa jurídica que efetuou o gasto.</p> <p>(B) uma despesa é considerada incorrida quando há um surgimento de um ativo, sem o concomitante desaparecimento de um passivo.</p> <p>(C) as perdas involuntárias de ativos por razões fortuitas ou por força maior não devem ser computadas na apuração do resultado do exercício, porque não estão correlacionadas com a realização de receitas.</p> <p>(D) as receitas são consideradas realizadas, nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento.</p> <p>(E) a extinção, mesmo que parcial, de um passivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo, de valor igual ou maior, é considerada realização de receita.</p> | <p>5. É uma conta redutora do Ativo Permanente a provisão</p> <p>(A) para créditos de liquidação duvidosa.</p> <p>(B) de ajuste de bens ao valor de mercado.</p> <p>(C) para perdas prováveis na alienação de investimentos.</p> <p>(D) para férias.</p> <p>(E) para contingências.</p> |
| <p>2. A Cia. Beta possui bens e direitos no valor total de R\$ 1.750.000,00, em 31.12.2005. Sabendo-se que, nessa mesma data, inexistem Resultados de Exercícios Futuros e que o Passivo Exigível da companhia representa 2/5 (dois quintos) do valor do Patrimônio Líquido, este último corresponde a, em R\$:</p> <p>(A) 1.373.000,00</p> <p>(B) 1.250.000,00</p> <p>(C) 1.050.000,00</p> <p>(D) 750.000,00</p> <p>(E) 500.000,00</p> | <p>6. A Cia. Santo Amaro possui 80% das ações com direito a voto de sua controlada, a Cia. Santa Maria, que representam 40% do total do capital social da investida. No exercício de 2005, a Cia. Santa Maria vendeu um lote de mercadorias para a investidora por R\$ 400.000,00, auferindo um lucro de R\$ 100.000,00 na transação. Sabendo-se que, em 31.12.2005, o Patrimônio Líquido da controlada era de R\$ 750.000,00 e que a investidora mantinha integralmente o referido lote de mercadorias em seus estoques, a participação societária, avaliada pelo método da equivalência patrimonial na contabilidade da Cia. Santo Amaro, corresponderá a, em R\$:</p> <p>(A) 175.000,00</p> <p>(B) 200.000,00</p> <p>(C) 260.000,00</p> <p>(D) 400.000,00</p> <p>(E) 520.000,00</p> |
| <p>3. A devolução pelo banco de uma duplicata descontada, cujo pagamento não foi honrado pelo devedor, deve ser contabilizada na escrituração da empresa emitente a débito da conta</p> <p>(A) Bancos Conta Movimento.</p> <p>(B) Duplicatas a Receber.</p> <p>(C) Duplicatas a Pagar.</p> <p>(D) Duplicatas Descontadas.</p> <p>(E) Perdas de créditos.</p> | <p>7. O recebimento de dividendos de participações societárias avaliados pelo custo deve ser registrado, na escrituração da empresa investidora, a crédito de conta representativa</p> <p>(A) de receita operacional.</p> <p>(B) de receita não-operacional.</p> <p>(C) de resultado da equivalência patrimonial.</p> <p>(D) da própria participação societária.</p> <p>(E) de deságio na aquisição de investimentos.</p> |
| <p>4. Uma companhia contratou, em 01.09.2005, um seguro contra incêndio para sua fábrica, com prazo de três anos e vigência imediata, tendo pago, pela respectiva apólice, a importância de R\$ 115.200,00. Em 31.12.2005, deverá constar no grupo do Ativo Circulante, do Balanço Patrimonial da companhia, como despesa do exercício seguinte, a importância correspondente a, em R\$:</p> <p>(A) 38.400,00</p> <p>(B) 32.000,00</p> <p>(C) 25.600,00</p> <p>(D) 19.200,00</p> <p>(E) 12.800,00</p> | <p>8. É uma reserva de capital a Reserva</p> <p>(A) para Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos.</p> <p>(B) Estatutária.</p> <p>(C) para Contingências.</p> <p>(D) Legal.</p> <p>(E) de Subvenções para Investimento.</p> |

9. A Cia. Amsterdã é proprietária de um imóvel, cujo valor contábil estava assim escriturado em sua contabilidade, no dia 02.04.2005:

| | |
|--------------------------------|-------------------------|
| Custo de aquisição..... | R\$ 580.000,00 |
| (-) Depreciação acumulada..... | <u>(R\$ 464.000,00)</u> |
| (=) Valor contábil | R\$ 116.000,00 |

Nessa mesma data, a Assembléia Geral da companhia aprovou um laudo de reavaliação do referido imóvel, cujo valor de mercado foi estimado em R\$ 320.000,00, e o restante de sua vida útil, em 20 anos, tendo sido efetuada a contabilização correspondente do ajuste no valor do imóvel e da respectiva reserva de reavaliação. No final do exercício, foi lançada uma despesa de depreciação de R\$ 12.000,00, relativa ao imóvel reavaliado. Supondo-se a inexistência de impostos e contribuições sobre o lucro, a companhia deve considerar que a reserva de reavaliação foi realizada parcialmente no valor de, em R\$:

- (A) 4.350,00
- (B) 5.950,00
- (C) 7.650,00
- (D) 10.200,00
- (E) 12.000,00

10. Uma pessoa jurídica aliena ações em tesouraria, obtendo um resultado positivo. A contrapartida credora do lançamento contábil respectivo será efetuada em conta de

- (A) resultado não-operacional.
- (B) resultado operacional.
- (C) ajustes de exercícios anteriores.
- (D) patrimônio líquido.
- (E) ágio na alienação de investimentos.

11. Considere as seguintes informações extraídas da contabilidade da Cia. Moinho de Ouro, relativas ao exercício findo em 31.12.2005:

| | |
|---|------------|
| Lucro líquido do exercício | 340.000,00 |
| Resultado positivo na equivalência patrimonial | 169.000,00 |
| Lucro com realização financeira a ocorrer em 2007 | 13.000,00 |

Se o dividendo obrigatório da companhia, calculado de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, for de R\$ 166.000,00, ela poderá constituir reserva de lucros a realizar no valor de, em R\$:

- (A) 1.000,00
- (B) 4.500,00
- (C) 8.000,00
- (D) 16.500,00
- (E) 21.000,00

12. Considere os dados a seguir:

| | |
|--|------------|
| Estoque inicial de materiais diretos | 60.000,00 |
| Estoque final de produtos em elaboração | 68.000,00 |
| Compras de materiais diretos..... | 160.000,00 |
| Estoque inicial de produtos acabados..... | 20.000,00 |
| Mão-de-obra direta..... | 15.000,00 |
| Estoque final de produtos acabados | 16.000,00 |
| Custos indiretos de fabricação | 53.000,00 |
| Estoque final de materiais diretos | 77.000,00 |
| Estoque inicial de produtos em elaboração..... | 42.000,00 |
| Despesas administrativas | 22.000,00 |
| Despesas com vendas | 18.000,00 |
| Despesas financeiras líquidas..... | 4.000,00 |

Considerando apenas essas informações, extraídas da contabilidade da Cia. Rio Negro, o Custo dos Produtos Vendidos, no período, correspondeu a, em R\$:

- (A) 145.000,00
- (B) 167.000,00
- (C) 185.000,00
- (D) 189.000,00
- (E) 211.000,00

13. A Cia. Iguazu alienou em 31.01.2006, uma máquina de seu Ativo Imobilizado por R\$ 49.500,00. A máquina havia sido adquirida em 15.09.2001 por R\$ 77.000,00 e colocada imediatamente em funcionamento nas atividades operacionais da companhia. O valor residual da máquina foi estimado em R\$ 5.000,00. Sabendo-se que a sociedade adota a taxa de depreciação linear de 10% ao ano, lançada mensalmente, foi auferido na operação um ganho de capital de, em R\$:

- (A) 4.300,00
- (B) 4.900,00
- (C) 5.500,00
- (D) 9.300,00
- (E) 9.900,00

Instruções: Utilize as informações a seguir, para responder às questões de números 14 e 15.

A Cia. Flor do Charco adquiriu à vista um lote de mercadorias, revendendo, em seguida, metade do mesmo, por R\$ 280.000,00. A companhia está sujeita, nas suas operações de compra e venda, à incidência do ICMS à alíquota de 18% e à do PIS e da COFINS, no regime não-cumulativo, com alíquotas, respectivamente, de 1,65% e 7,6%. O lucro bruto auferido pela sociedade nessas transações foi de R\$ 58.200,00.

14. O custo das mercadorias vendidas na mencionada operação de venda foi igual a, em R\$:

- (A) 143.400,00
- (B) 145.500,00
- (C) 166.780,00
- (D) 171.400,00
- (E) 200.000,00

| | |
|--|--|
| <p>15. O valor pago pela companhia ao fornecedor, ao efetuar a referida aquisição, foi equivalente a, R\$:</p> <p>(A) 400.000,00 (B) 342.800,00 (C) 333.560,00 (D) 328.000,00 (E) 291.000,00</p> | <p>19. A Cia. Novo Horizonte elabora a demonstração do fluxo de caixa pelo método direto. São dadas as seguintes informações extraídas de sua contabilidade, referentes ao exercício de 2005, em R\$:</p> <p>Saldo inicial da conta Fornecedores..... 200.000,00 Saldo final da conta Estoque de Mercadorias..... 400.000,00 Custo das mercadorias vendidas 950.000,00 Saldo inicial da conta Estoque de Mercadorias... 380.000,00 Saldo final da conta Fornecedores 260.000,00</p> |
| <p>16. É transação evidenciada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:</p> <p>(A) Alienação de bens do ativo permanente com resultado não-operacional nulo. (B) Compra de bens do ativo imobilizado financiada por empréstimo a longo prazo. (C) Constituição de reserva de reavaliação de bens imóveis. (D) Empréstimos efetuados a empresas coligadas ou controladas. (E) Aquisição de investimentos permanentes com pagamento de ágio.</p> | <p>O valor pago pela companhia a fornecedores no exercício de 2005 correspondeu a, em R\$:</p> <p>(A) 950.000,00 (B) 910.000,00 (C) 890.000,00 (D) 870.000,00 (E) 840.000,00</p> |
| <p>17. A Cia. Aresta registrou as seguintes transações em sua contabilidade num determinado exercício (em R\$):</p> <p>Venda à vista de bem do ativo imobilizado..... 70.000,00 Venda a curto prazo de mercadorias..... 790.000,00 Custo das mercadorias vendidas 440.000,00 Resultado da equivalência patrimonial 110.000,00 Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa..... 60.000,00 Incorporação de reservas de lucro ao capital..... 80.000,00 Obtenção de empréstimos de longo prazo 30.000,00 Pagamento de dividendos não-provisionados 240.000,00</p> <p>Considerando apenas essas informações, é correto concluir que o efeito das transações no aumento do capital circulante líquido da companhia foi, em R\$:</p> <p>(A) 340.000,00 (B) 260.000,00 (C) 230.000,00 (D) 210.000,00 (E) 150.000,00</p> | <p>20. Em relação aos aspectos fiscais dos processos de reorganização e reestruturação de empresas, é correto afirmar que</p> <p>(A) apenas as sociedades extintas nos processos de incorporação, fusão e cisão terão que apresentar declaração de informações da pessoa jurídica e tributar o lucro correspondente. (B) a incorporadora poderá compensar os prejuízos fiscais da incorporada, observando o limite de redução de 30% do lucro real, antes de tal compensação. (C) a sociedade cindida parcialmente não mais terá direito a compensar seus prejuízos fiscais, devendo dar baixa dos mesmos na parte B do LALUR. (D) as sociedades resultantes da cisão total de uma companhia terão direito de compensar os prejuízos fiscais da sucedida na proporção do acervo líquido recebido por cada uma. (E) a reserva de reavaliação terá na sucessora o mesmo tratamento tributário que teria na sucedida.</p> |
| <p>18. A Cia. Vértice vendeu mercadorias à sua controlada no valor de R\$ 250.000,00, obtendo um lucro de 25% sobre o preço de custo. No final do exercício, a investidora mantinha em estoque 20% do referido lote, tendo vendido o restante a terceiros obtendo um lucro de R\$ 150.000,00. A controladora possui 60% das ações da investida. Na apuração do Balanço Patrimonial consolidado, o montante do lucro não-realizado nessas transações, a ser deduzido do valor dos estoques da controlada, correspondeu a, em R\$:</p> <p>(A) 6.000,00 (B) 7.500,00 (C) 8.000,00 (D) 10.000,00 (E) 12.500,00</p> | <p style="text-align: center;">DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>21. É adequada a invocação do poder de polícia para justificar que um agente administrativo</p> <p>(A) prenda em flagrante um criminoso. (B) aplique uma sanção disciplinar a um servidor subordinado seu. (C) determine a interdição de um estabelecimento que viole normas sanitárias. (D) agrida alguém, agindo em legítima defesa. (E) envie ao Ministério Público a notícia do cometimento de uma infração por um cidadão.</p> |

| | |
|--|---|
| <p>22. NÃO se compreende dentre possíveis manifestações do poder hierárquico, no âmbito da Administração Pública,</p> <p>(A) o acolhimento de um recurso, por autoridade superior àquela que proferiu decisão administrativa.</p> <p>(B) a delegação de competências.</p> <p>(C) a avocação de competências.</p> <p>(D) o acolhimento de um pedido de reconsideração pela autoridade que proferiu decisão administrativa.</p> <p>(E) a coordenação das ações de servidores subordinados.</p> | <p><u>Instruções:</u> Para responder às questões de números 27 e 28, considere a seguinte Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal:</p> <p><i>“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”</i></p> |
| <p>23. É exemplo da desconcentração, tal como entendida pela doutrina administrativa, a criação de</p> <p>(A) um ministério.</p> <p>(B) uma empresa pública.</p> <p>(C) uma fundação pública.</p> <p>(D) uma agência reguladora.</p> <p>(E) uma organização social.</p> | <p>27. Sabendo-se que o mérito dos atos administrativos é identificado com os conceitos de conveniência e oportunidade, decorre da Súmula que</p> <p>(A) somente a Administração pode anular seus atos, por motivo de legalidade.</p> <p>(B) sempre poderá haver apreciação judicial sobre o mérito dos atos administrativos.</p> <p>(C) tanto a Administração como o Poder Judiciário podem revogar atos administrativos, por motivo de mérito.</p> <p>(D) a anulação de um ato ilegal só produz efeitos após a apreciação judicial.</p> <p>(E) a Administração não depende do Poder Judiciário para anular seus atos ilegais.</p> |
| <p>24. A organização administrativa brasileira tem como característica a</p> <p>(A) não previsão de estruturas descentralizadas.</p> <p>(B) personificação de entes integrantes da Administração indireta.</p> <p>(C) ausência de relações de hierarquia.</p> <p>(D) ausência de mecanismos de coordenação e de controle finalístico.</p> <p>(E) inexistência de entidades submetidas a certas regras de direito privado.</p> | <p>28. A existência de direitos adquiridos</p> <p>(A) impede a anulação de um ato administrativo.</p> <p>(B) em matéria de atos administrativos depende da apreciação judicial.</p> <p>(C) não se aplica em matéria de atos administrativos.</p> <p>(D) impõe que a revogação de um ato administrativo os respeite.</p> <p>(E) não afeta a anulação ou a revogação de um ato administrativo.</p> |
| <p>25. Uma empresa pública, que seja prestadora de serviços públicos,</p> <p>(A) tem personalidade jurídica de direito público.</p> <p>(B) não necessita de lei autorizando a criação de subsidiárias suas.</p> <p>(C) é isenta do pagamento de impostos.</p> <p>(D) não necessita de lei autorizando sua criação.</p> <p>(E) responde objetivamente por danos que seus agentes, prestando o serviço, causem a terceiros.</p> | <p>29. A ausência de motivação em um ato administrativo, que devesse ser motivado, caracteriza o vício conhecido como</p> <p>(A) incompetência do agente.</p> <p>(B) ilegalidade do objeto.</p> <p>(C) vício de forma.</p> <p>(D) inexistência de motivos.</p> <p>(E) desvio de finalidade.</p> |
| <p>26. Uma agência reguladora e uma organização social, respectivamente,</p> <p>(A) integra a Administração direta e integra a Administração indireta.</p> <p>(B) integra a Administração indireta e integra a Administração indireta.</p> <p>(C) integra a Administração indireta e não integra a Administração pública.</p> <p>(D) não integra a Administração pública e integra a Administração indireta.</p> <p>(E) não integra a Administração pública e não integra a Administração pública.</p> | <p>30. Uma empresa pública, que pretenda celebrar um contrato de obra no valor estimado de R\$ 25.000,00,</p> <p>(A) poderá valer-se da inexigibilidade de licitação, por valor.</p> <p>(B) deverá valer-se da dispensa de licitação, por valor.</p> <p>(C) deverá licitar na modalidade convite.</p> <p>(D) poderá licitar na modalidade tomada de preços.</p> <p>(E) deverá licitar na modalidade concorrência.</p> |

| | |
|---|--|
| <p>31. É dispensável a licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93,</p> <p>(A) quando não acudirem interessados à licitação, a critério da Administração.</p> <p>(B) para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico ante a decisão de contratação.</p> <p>(C) na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.</p> <p>(D) na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e respeitado o valor oferecido pelo licitante a ser contratado.</p> <p>(E) na contratação de associação de portadores de deficiência física, com ou sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.</p> | <p>34. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração,</p> <p>(A) salvo o de serviços comuns, de pronto pagamento, assim entendidos os que atendam a especificações usuais de mercado, de valor não superior a R\$ 4.000,00.</p> <p>(B) salvo o decorrente de dispensa de licitação.</p> <p>(C) salvo o decorrente de inexigibilidade de licitação.</p> <p>(D) salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a R\$ 4.000,00, feitas em regime de adiantamento.</p> <p>(E) sem exceções.</p> |
| <p>32. Em uma licitação, regida pela Lei nº 8.666/93, da qual participavam as empresas A, B e C, as empresas A e B foram inabilitadas e a empresa C foi desclassificada por vício em sua proposta comercial. Nessa situação, a Administração</p> <p>(A) deverá considerar a licitação fracassada, revogando-a.</p> <p>(B) poderá conceder prazo para que a empresa C sane os vícios de sua proposta, benefício esse não extensivo às empresas A e B.</p> <p>(C) deverá considerar a licitação fracassada, não sendo o caso de revogação ou de anulação.</p> <p>(D) deverá considerar a licitação fracassada, anulando-a.</p> <p>(E) poderá conceder prazo para que a empresa C sane os vícios de sua proposta e para que as empresas A e B sanem os vícios de seus documentos de habilitação.</p> | <p>35. NÃO constitui motivo para a rescisão unilateral de um contrato administrativo pela Administração</p> <p>(A) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, pela empresa contratada.</p> <p>(B) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.</p> <p>(C) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.</p> <p>(D) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada, que prejudique a execução do contrato.</p> <p>(E) a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite legalmente permitido.</p> |
| <p>33. Em matéria de contratos administrativos, NÃO é uma das chamadas cláusulas exorbitantes a que preveja a</p> <p>(A) exclusão da regra do equilíbrio econômico-financeiro.</p> <p>(B) revogação unilateral do contrato pela Administração.</p> <p>(C) alteração unilateral do contrato pela Administração.</p> <p>(D) aplicação de sanções ao contratado diretamente pela Administração.</p> <p>(E) ocupação provisória, em certos casos, de bens, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.</p> | <p>36. Nos termos do tratamento legal da matéria, a</p> <p>(A) concessão e a permissão de serviços públicos são contratos.</p> <p>(B) concessão de serviços públicos é contrato, mas a permissão é ato unilateral.</p> <p>(C) permissão de serviços públicos é contrato, mas a concessão é ato unilateral.</p> <p>(D) concessão e a permissão de serviços públicos são atos unilaterais.</p> <p>(E) concessão de serviços públicos é contrato e a permissão de serviços não mais existe.</p> <p>37. É elemento típico do regime dito estatutário dos servidores públicos, nos termos do Direito brasileiro vigente, a</p> <p>(A) ausência de direito de greve e sindicalização.</p> <p>(B) garantia de aquisição de estabilidade.</p> <p>(C) possibilidade excepcional de nomeação sem concurso público.</p> <p>(D) isenção de impostos sobre a remuneração, dado o princípio da irredutibilidade.</p> <p>(E) possibilidade de cumulação remunerada de cargos, no limite da compatibilidade de horários.</p> |

38. A responsabilidade objetiva, incidente quanto às pessoas de direito público, estende-se, entre outros casos, nos termos da Constituição Federal,
- (A) a uma empresa privada concessionária de serviços públicos.
 - (B) ao agente público causador do dano.
 - (C) a uma sociedade de economia mista que explore atividade econômica.
 - (D) a uma empresa pública que explore atividade econômica.
 - (E) a uma empresa privada contratada para a realização de uma obra pública.

39. A aplicação de uma sanção por ato de improbidade administrativa
- (A) resta prejudicada somente ante a aplicação de sanção penal pelo mesmo ato.
 - (B) resta prejudicada somente ante a aplicação de sanção civil pelo mesmo ato.
 - (C) resta prejudicada somente ante a aplicação de sanção administrativa pelo mesmo ato.
 - (D) resta prejudicada ante a aplicação de sanção penal, civil, ou administrativa pelo mesmo ato.
 - (E) aplica-se independentemente das sanções penais, civis e administrativas pelo mesmo ato.

40. No Direito brasileiro, foge à possibilidade do controle parlamentar exercido sobre a Administração pública
- (A) a convocação de certas autoridades públicas para prestarem informações.
 - (B) a votação da quebra de confiança no governo.
 - (C) o julgamento do Chefe do Poder Executivo por crime de responsabilidade.
 - (D) a constituição de comissões parlamentares de inquérito, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
 - (E) o julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo.

INFORMÁTICA BÁSICA

Instruções: Para responder às questões de números 41 a 50 considere o **estudo de caso** abaixo.

Objetivo:

Um governo municipal deseja implantar um sistema fisco-tributário que permita o levantamento das contribuições realizadas, a apuração do montante de impostos pagos, o "batimento" de contas visando à exatidão dos valores recebidos em impostos contra as movimentações realizadas em estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, bem como os impostos sobre propriedades territoriais (moradias e terrenos) no âmbito de seu município, tudo em meio eletrônico usando a tecnologia mais avançada de computadores, tais como redes de computadores locais e de longa distância interligando todos os equipamentos, processamento distribuído entre estações de trabalho e servidores, uso de sistemas operacionais Windows e Linux (preferencialmente daquele que, processado em uma única estação de trabalho, na interrupção de um programa mantenha o processamento ininterrupto de todos os demais que estão em funcionamento) e tecnologia internet e intranet, com toda a segurança física e lógica das informações que garanta autenticidade, sigilo, facilidade de recuperação e proteção contra invasões e pragas eletrônicas.

Requisitos mínimos exigidos do sistema:

§1º – Os cálculos de impostos territoriais mais simples poderão ser feitos em uma planilha eletrônica moderna e atual, com quatro colunas que venham a registrar o código do contribuinte, a metragem do terreno, o valor do metro quadrado (não necessariamente igual para cada contribuinte) e o valor a recolher, totalizando este último e elaborando estatística de valor médio recolhido por metro quadrado. Os cálculos mais complexos deverão ser feitos por meio de sistemas gerenciadores de bancos de dados modernos e atuais, com consultas que cruzem os contribuintes com suas propriedades territoriais e também com estabelecimentos comerciais que porventura sejam de sua propriedade, dando informações pontuais tais como identificação do proprietário, identificação do imóvel e seu tipo, identificação do estabelecimento e tipo de ramo de negócio e valor comercial, bem como informações consolidadas sobre contribuintes e propriedades que relacionem:

- I. sua identidade com os imóveis e estabelecimentos de sua propriedade, por ordem de contribuinte,
- II. cada propriedade aos respectivos proprietários, por ordem de propriedade.

§2º – Avisos eletrônicos via internet deverão ser encaminhados a cada contribuinte.

§3º – Um recolhimento eletrônico de impostos poderá ser aceito, desde que o contribuinte tenha feito um pré-cadastro na Web.

§4º – Os contribuintes também poderão enviar, pela internet, arquivos com dúvidas a esclarecer dirigidos a setores especializados da prefeitura onde ficarão arquivados em determinada ordem que permita controlar a data de recebimento, a data de resposta, a identificação do remetente e do funcionário que respondeu.

§5º – Palavras chaves de busca de assuntos da prefeitura serão cadastradas na internet para facilitar a pesquisa dos cidadãos a assuntos municipais de seu interesse.

§6º – A fim de economizar despesas com papéis, o sistema de trâmite e controle de processos de contribuintes, bem como a troca de memorandos internos, deverão utilizar a tecnologia WEB em rede exclusiva da prefeitura.

§7º – Objetivando economia de despesas com telefonemas e tempo de deslocamento, os funcionários serão estimulados a realizar conversação eletrônica.

§8º – Também pesquisas de assuntos de interesse municipal usando a internet, ao invés de telefones, serão estimuladas porque as pesquisas eletrônicas devem minimizar as ausências constantes dos funcionários das unidades organizacionais de origem para procurarem informações em locais internos ou externos.

§9º – É fundamental que todos os documentos impressos contenham o timbre municipal, ou seja, cada documento produzido, inclusive usando editores eletrônicos de textos modernos e atuais, deve ser impresso com o timbre.

41. Observe que "É fundamental que todos os documentos impressos contenham o timbre municipal". O processo de digitalização do timbre proveniente de meio externo, em papel, pode ser feito por meio de

- (A) *scam*.
- (B) acelerador de vídeo.
- (C) *pen drive*.
- (D) fax modem.
- (E) impressora multifuncional.

42. A preferência especificada no objetivo indica que é recomendado o uso de sistema operacional

- (A) multitarefa.
- (B) monousuário, mas não multitarefa.
- (C) monotarefa e multiusuário.
- (D) multitarefa e multiusuário, mas não monousuário.
- (E) monotarefa e monousuário.

43. Capturado o timbre de meio externo e tendo sido convertido em formato digital, este
- (A) não pode ser inserido diretamente no editor eletrônico de texto.
 - (B) pode ser inserido como figura no editor eletrônico de texto, mesmo no formato gif.
 - (C) não pode ser inserido no editor eletrônico de texto se estiver no formato gif.
 - (D) somente pode ser inserido em um editor de apresentações.
 - (E) somente pode ser inserido no editor eletrônico de texto se estiver no formato bmp.

Atenção: Utilize as informações da planilha abaixo, para responder às questões de números 44 e 45.

Um exemplo de cálculos feitos na planilha solicitada nos requisitos do §1º é:

| / | A | B | C | D |
|---|-------------|--------------------|----------------------|------------|
| 1 | Cód Contrib | Qt. m ² | Valor m ² | A Recolher |
| 2 | CT001 | 3 | 4 | 12 |
| 3 | CT096 | 4 | 5 | 20 |
| 4 | CT113 | 8 | 3 | 24 |
| 5 | CT019 | 16 | 8 | 128 |
| 6 | | 31 | | 184 |
| 7 | Média | | | XX,XX |

44. Se a fórmula inserida em D2 (= B2*C2) sofrer a operação de fixação de linha (referente à parte da fórmula que usa a coluna C) e esta for propagada para D3 até D5, o resultado final da média (D6 / B6) apresentado em D7 será
- (A) 2,93.
 - (B) 3.
 - (C) 3,93.
 - (D) 4.
 - (E) 5,93.

45. Para implementar adequadamente os resultados dos cálculos apresentados na planilha em um banco de dados, objetivando evitar redundância de dados, recomenda-se registrar
- I. “Qt. m²” em uma tabela de regiões de contribuição e associar as regiões aos respectivos contribuintes.
 - II. “A Recolher” em uma tabela de regiões de contribuição e associar as regiões aos respectivos contribuintes.
 - III. “Valor m²” em uma tabela de regiões de contribuição e associar as regiões aos respectivos contribuintes.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.

46. Para organizar os arquivos recebidos dos contribuintes pela internet pode-se usar
- (A) somente o diretório /usr do Linux.
 - (B) tanto o Windows Explorer quanto o diretório /home do Linux.
 - (C) tanto o Internet Explorer quanto o diretório /usr do Linux.
 - (D) pastas de arquivos do Windows mas não diretórios do Linux.
 - (E) o Windows Explorer mas não diretórios do Linux.

47. Os itens de segurança, citados no trecho de texto “... toda a segurança física e lógica das informações que garanta **autenticidade, sigilo, facilidade de recuperação e proteção contra invasões e pragas eletrônicas**”, aqui em negrito, estão respectivamente ordenados em relação aos conceitos de
- (A) autenticação, assinatura digital, backup e antivírus.
 - (B) assinatura digital, autenticação, backup e antivírus.
 - (C) criptografia, assinatura digital, antivírus e backup.
 - (D) assinatura digital, criptografia, backup e antivírus.
 - (E) criptografia, autenticação, backup e antivírus.

48. A Cifra (ou Código) de César, conhecida por ser um tipo de cifra de substituição em que cada letra do texto é substituída por outra, está mais fortemente caracterizada como uma solução no seguinte trecho de texto:
- (A) “...os funcionários serão estimulados a realizar conversação eletrônica...”.
 - (B) “Palavras chaves de busca de assuntos da prefeitura serão cadastradas na internet para facilitar a pesquisa dos cidadãos...”.
 - (C) “...segurança física e lógica das informações que garanta autenticidade, sigilo...”.
 - (D) “...pesquisas de assuntos de interesse municipal...”.
 - (E) “Avisos eletrônicos via internet deverão ser encaminhados a cada contribuinte...”.

49. Como requisitos característicos expostos nos §2º, §6º e §7º podem ser respectivamente observados os conceitos de
- (A) e-mail, chat e WAN.
 - (B) WAN, chat e intranet.
 - (C) intranet, e-mail e chat.
 - (D) LAN, chat, e e-mail.
 - (E) e-mail, intranet e chat.

50. Têm relação objetiva com os elementos do trecho de texto “... redes de computadores locais e de longa distância interligando todos os equipamentos, processamento distribuído entre estações de trabalho e servidores...”
- (A) LAN, roteamento e anel.
 - (B) criptografia, WAN e assinatura digital.
 - (C) intranet, WAN e criptografia.
 - (D) roteamento, barramento e criptografia.
 - (E) LAN, assinatura digital e barramento.

ATUALIDADES

Instruções: Considere o texto para responder às questões de números 51 e 52.

Avalia o “Financial Times” que o “livre comércio é a maior vítima da eleição” nos EUA, apontando “uma tendência em particular, o nacionalismo econômico”. Os que venceram senadores republicanos em Ohio, Virgínia e Missouri fizeram campanha “contra o livre comércio” e a exportação de empregos, inclusive os “acordos comerciais” com o México e América Central.

O “Miami Herald” informa, porém, que a ameaça democrática é sobretudo aos acordos bilaterais com a Colômbia e Peru, que ainda precisam de aprovação no Congresso. Nada contra as preferências ao Brasil.

É a avaliação também do jornal “Valor”, ontem em destaque, “Vitória democrática facilita a renovação do Sistema Geral de Preferências”.

(Folha de São Paulo, 10 de novembro de 2006, p. A7)

51. Com base no contexto do sistema capitalista contemporâneo, é correto afirmar que a tendência e a campanha a que o texto se refere estão em desacordo com

- (A) a política do protecionismo e a do Estado de Bem-Estar Social.
- (B) a doutrina neoliberal e os princípios da globalização econômica.
- (C) o princípio de soberania e o ideal de autodeterminação dos povos.
- (D) os ideais democráticos e os princípios de estatização da economia.
- (E) a ideologia mercantilista e a doutrina econômica desenvolvimentista.

52. Considerando as relações de comércio internacional, o Sistema a que o texto se refere:

- I. permite aos países desenvolvidos conceder isenção ou redução do imposto de importação sobre determinados produtos procedentes de países em desenvolvimento.
- II. defende a existência de regras de importação discriminatórias entre os países, inclusive quando baseadas em cláusula que garante tratamento preferencial aos países em desenvolvimento.
- III. prevê a importação, sem taxas, de todos os produtos enquadrados no programa e provenientes de determinados beneficiários e territórios, ou seja, de países em desenvolvimento.
- IV. é uma concessão unilateral de países desenvolvidos a países em desenvolvimento – países desenvolvidos oferecem, sem a exigência de reciprocidade, preferências tarifárias para uma determinada relação de produtos.
- V. tem por função principal facilitar a aplicação de regras de comércio internacional nas negociações de isenção de tarifas de importação entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.

53. O diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Pascal Lamy, disse que foi procurado por representantes de vários países para reiniciar as negociações de Doha. “Eles reiteraram seu comprometimento político com o sistema multilateral.” Uma versão do documento final do encontro da Apec pede que as negociações reiniciem “o mais rápido possível”. “Nós estamos prontos para romper o impasse”. Porém, os 21 países do bloco solicitam que os “parceiros de outras regiões” também atuem para dar fim à paralisação.

(Folha de São Paulo, 16 de novembro de 2006. p. B6)

O impasse a que o texto se refere está ligado à suspensão das negociações de Doha, em julho de 2006, que travou a rodada em razão de a União Européia (EU) e os Estados Unidos não terem chegado a um acordo sobre

- (A) a redução de subsídios na área agrícola e o acesso de produtos a seus mercados.
- (B) a instalação de indústrias poluentes na Europa e em países em desenvolvimento.
- (C) o preço de importação e de exportação de tecnologia e de produtos industrializados.
- (D) o aumento de investimentos sociais e a redução dos juros para os países pobres.
- (E) o impacto de subsídios norte-americanos na agricultura e a silvicultura européia.

54. Especialistas em relações internacionais afirmam que, com a vitória dos democratas nas eleições dos EUA,

- I. é de se prever o apoio de Washington à retomada de negociações de paz entre Israel e os palestinos, solução já buscada pelo Estado hebreu, ainda que de forma unilateral.
- II. a estratégia do novo Congresso será a de reforçar as tropas americanas no Iraque e esgotar todas as possibilidades para evitar a derrota e resolver a situação na região.
- III. o conceito de “eixo do mal” – Irã, Iraque e Coreia do Norte – deve ser progressivamente atenuado, bem como o de “organização terrorista”, com efeitos positivos no caso coreano.
- IV. haverá um amplo plano de pacificação do Oriente Médio para atrair o apoio de países muçulmanos pró-Occidente e pressionar o Irã e a Síria a abandonarem seus programas nucleares.
- V. parte do esforço de uma nova diplomacia será o de reparar danos graves infligidos ao próprio sistema de alianças americano e, paulatinamente, buscar uma saída para o conflito iraquiano que permita a retirada militar sem colapso do governo local.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III e V.
- (E) II, IV e V.

Instruções: Considere o texto a seguir para responder às questões de números 55 e 56.

A expressiva vitória dos democratas nas eleições legislativas americanas da última semana traz esperança na política ambiental, em especial na questão das mudanças globais.

A participação dos EUA, como país mais poluidor do planeta é crucial em qualquer estratégia de encaminhamento da questão das mudanças climáticas globais.

O governo republicano tem sistematicamente negado qualquer compromisso americano de redução das emissões, como propõe o protocolo de Kyoto.

(Adap. Mais! – **Folha de São Paulo**, 12 de novembro de 2006, p. 5)

55. O texto se refere ao protocolo de um tratado internacional, firmado entre diversos países em 1997, com compromissos mais rígidos para

- (A) o estabelecimento de um sistema de leis internacionais de incentivo à redução de emissão de gases pelos países desenvolvidos e, conseqüentemente, de preservação ambiental.
- (B) a difusão de conhecimentos tecnológicos que favoreçam, nos países desenvolvidos, a criação de formas sustentáveis de exploração econômica dos recursos naturais.
- (C) o controle de instalação de indústrias que utilizam “combustíveis sujos”, considerados como os principais causadores do aquecimento global, nos países desenvolvidos.
- (D) a criação de uma instituição internacional capaz de controlar a exploração de reservas e recursos naturais considerados essenciais para evitar o aquecimento global.
- (E) a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa do aquecimento global.

56. Os países que assinaram o Protocolo, a que o texto se refere, firmaram, recentemente, acordo para a retomada das negociações, em 2008, sobre como enfrentar o problema do aquecimento global. Esse acordo foi firmado

- (A) na 12ª Convenção das Partes da ONU, realizada na Austrália.
- (B) no Fórum Internacional sobre Preservação Florestal, em Kyoto.
- (C) no Encontro Internacional de ONGs Ambientalistas, no Quênia.
- (D) na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, em Nairóbi.
- (E) na Conferência da ONU sobre Projeto Carbono Global, na China.

57. *Nos últimos cinco anos, no Brasil, o crescimento econômico criou empregos e aumentou a renda. Além disso, um grande programa social – o Bolsa Família – providenciou transferências de renda para 7 milhões de famílias que vivem em situação de extrema ou moderada pobreza.*

(Adap. **Relatório do PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. In: Folha de São Paulo, 10 de novembro de 2006. p. A12)

O texto identifica um dos critérios utilizados pelo PNUD em seu relatório de Desenvolvimento Humano 2006, em que aponta que o Brasil

- (A) teve um dos melhores indicadores sociais no IDH com a política de distribuição de renda.
- (B) combinou forte performance econômica com o declínio da desigualdade e da pobreza.
- (C) foi o melhor dos países da América Latina no que se refere ao crescimento da economia.
- (D) é considerado o país mais desigual da América do Sul, apesar do declínio da desigualdade.
- (E) focalizou a educação e o crescimento econômico como políticas de redução da desigualdade.

58. O Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED) e a Cooperação Técnica Alemã (GTZ) apóiam, desde o final do ano de 2005, o plantio de mamona para a produção de biodiesel no Nordeste brasileiro. O projeto, que faz parte do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), tem por objetivo

- (A) oferecer uma nova fonte de renda a pequenos agricultores da região mais pobre do país.
- (B) favorecer o desenvolvimento agrícola nas grandes propriedades improdutivas da região.
- (C) produzir um combustível limpo que atenda a crescente demanda do mercado europeu.
- (D) possibilitar a redução da importação de matérias-primas e insumos derivados de petróleo.
- (E) reduzir o custo com mão-de-obra e tornar o produto competitivo no mercado internacional.

59. Considere:

I. *O roteiro se inspira livremente em notícias de jornal sobre o problema da prostituição infantil. A partir delas, criou-se a história de Maria, garota nordestina de 12 anos vendida por sua família a um recrutador de prostitutas. Comprada por um fazendeiro em um leilão de meninas virgens, ela é enviada a um prostíbulo na região amazônica, onde sofre constantes abusos.*

(Adap. Ricardo Calil do **Guia Folha**)

II. *Três gerações de mulheres da mesma família, cujas raízes estão num vilarejo de gente supersticiosa próximo a Madri, convivem; mãe e tia, filhas e neta, mais uma amiga de infância que equivale a meia-irmã. Embora o túmulo da primeira seja limpo no início do filme, quem é morta também aparece nesta crônica sobre medos, desejos e fantasmas femininos.*

(Adap. de Sergio Rizzo do **Guia Folha**)

Os roteiros descritos nos textos referem-se a filmes premiados em festivais de cinema em 2006 e identificam, respectivamente, os filmes

- (A) “Alguma Coisa Assim” de Esmir Filho, premiado no Festival de Miami e “Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos” de Pedro Almodóvar, premiado no Festival de Gramado.
- (B) “Serras da Desordem” de Andréa Tonacci, premiado no Festival do Rio e “Três Enterros” de Alejandro Gonzalez Iñárritu, premiado no Festival de Nova York.
- (C) “Sonhos de Peixe” de Kirill Mikhanovsky, premiado no Festival de Toronto e “El Laberinto Del Fauno” de Guillermo Del Toro, premiado no Festival Chileno.
- (D) “O Monstro” de Eduardo Valente, premiado no Festival de Cannes e “Il Caimano” de Nani Moretti, premiado no Festival de San Sebastián.
- (E) “Anjos do Sol” de Rudi Lagemann, premiado no Festival de Gramado e “Volver” de Pedro Almodóvar, premiado no Festival de Cannes.

60. No Brasil, durante as últimas eleições, divulgou-se amplamente nos meios de comunicação a tentativa de compra de um "dossiê" contra políticos envolvidos no processo eleitoral. O dossiê fazia referência a supostos integrantes da máfia dos sanguessugas, que estariam envolvidos

- (A) na construção de centros hospitalares sem licitação pública.
- (B) nas irregularidades na distribuição de sangue pelos hemocentros.
- (C) no comércio privilegiado de órgãos humanos para a iniciativa privada.
- (D) no superfaturamento na venda de ambulâncias para as prefeituras.
- (E) na contaminação criminosa da reserva de sangue de postos de saúde.